



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 11080.008933/2007-01
Recurso nº 155.592 Voluntário
Acórdão nº 2402-00.349 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária
Sessão de 1 de dezembro de 2009
Matéria AUTO DE INFRAÇÃO
Recorrente COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DA CRUZ
Recorrida SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

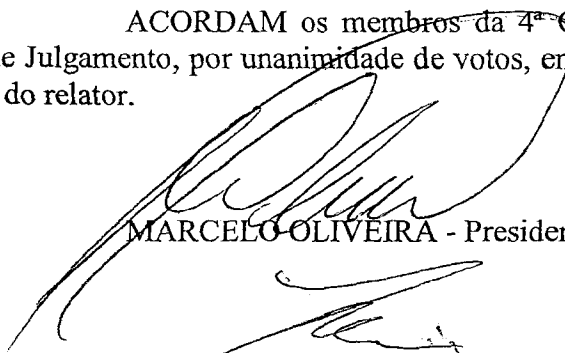
Período de apuração: 01/02/1999 a 31/12/2004

AUTO DE INFRAÇÃO. GFIP. INFORMAÇÕES INEXATAS QUANTO A COMPENSAÇÕES REALIZADAS, INDICAÇÃO DE CNPJ DE FILIAL E INFORMAÇÕES DE REMUNERAÇÕES DE SEGURADOS EMPREGADOS. MATÉRIA NÃO IMPUGNADA. Uma vez que o contribuinte não impugnou a infração que lhe foi imputada ou mesmo agiu de modo a trazer aos autos do processo administrativo documentação que comprove não ter cometido a infração, o auto de infração deve ser mantido.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.



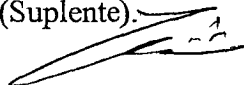
MARCELO OLIVEIRA - Presidente



LOURENÇO FERREIRA DO PRADO - Relator



Participaram, do presente julgamento, os Conselheiros: Marcelo Oliveira, Ana Maria Bandeira, Rogério de Lellis Pinto, Lourenço Ferreira do Prado, Marcelo Freitas de Souza Costa (Convocado) e Núbia Moreira Barros Mazza (Suplente).



Relatório

Trata-se de Auto de Infração – AI DEBCAD 35.839.706-5, lavrado em desfavor de COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA DA CRUZ onde a fiscalização com fundamento no artigo 32, inciso IV da Lei 8.212/1991, c/c artigo 225, inciso IV do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99, constatou que o recorrente apresentou Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência – GFIP com valores de remuneração de segurados a maior do que o efetivamente foi por eles auferido, indicou incorretamente no CNPJ da filial empregados segurados que deviam ser indicados no CNPJ da matriz e deixou de informar compensações realizadas no CNPJ da filial.

O lançamento da multa compreende o período de 02/1999 a 12/2004, conforme anexo do relatório fiscal de fl. 08/09, tendo sido o contribuinte cientificado na data de 27/04/2006.

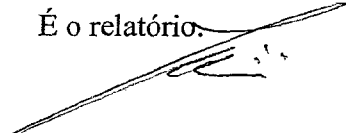
A ação fiscal deflagrada determinou a aplicação de uma multa no importe de R\$ 1.156,83 (Um mil cento e cinquenta e seis reais e oitenta e três centavos)

Mantida a integralidade da autuação pela decisão de primeira instância, irresignada, a recorrente interpõe recurso voluntário às fls.66 a 75 sustentando:

1- a decadência do direito de o fisco constituir o crédito tributário com arrimo no art. 150, § 4º do CTN.

Processado o recurso com contrarrazões da Secretaria da Receita Previdenciária às fls. 77/83, subiram os autos a este Eg. Conselho.

É o relatório.



Voto

Conselheiro Lourenço Ferreira do Prado, Relator

O recurso é tempestivo e não há óbice para seu conhecimento.

Inicialmente cumpre esclarecer que a única matéria objeto do recurso voluntário é a decadência, motivo pelo qual não existem outros pontos a serem debatidos no presente recurso.

Com efeito, há de se levar em consideração, que o Supremo Tribunal Federal, entendendo que apenas lei complementar pode dispor sobre prescrição e decadência em matéria tributária, em observância aquilo que disposto no artigo 146, III, "b", da Constituição Federal, à unanimidade de votos, negou provimento aos Recursos Extraordinários nº 556.664, 559.882, 559.943 e 560.626, em decisão plenária que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 45 e 46 da Lei n. 8.212/91, os quais concediam à Previdência Social o prazo de 10 (dez) anos para a constituição de seus créditos.

Na mesma assentada, inclusive no intuito de eximir qualquer questionamento quanto ao alcance da referida decisão, o STF editou a Súmula Vinculante de nº 8, cujo teor é o seguinte:

Súmula Vinculante nº 8 *"São inconstitucionais os parágrafo único do artigo 5º do Decreto-lei 1569/77 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/91, que tratam de prescrição e decadência de crédito tributário".*

Dessa forma, em observância ao que disposto no artigo no art. 103-A e parágrafos da Constituição Federal, inseridos pela Emenda Constitucional nº 45/2004, as súmulas vinculantes, por serem de observância e aplicação obrigatória pelos entes da administração pública direta e indireta, devem ser aplicadas por este Eg. Conselho de Contribuintes, *in verbis*:

"Art. 103-A. *O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.*

Logo, inaplicável o prazo de 10 (dez) anos para a aferição da decadência no âmbito das contribuições previdenciárias, resta necessário, para a solução da demanda, a aplicação das normas legais relativas à decadência e constantes no Código Tributário Nacional, a saber, dentre os artigos 150, § 4º ou 173, I, diante da verificação, caso a caso, se tenha ou não havido dolo, fraude, simulação ou o recolhimento de parte dos valores das contribuições sociais objeto da NFLD, conforme mansa e pacífica orientação desta Eg. Câmara.

As contribuições previdenciárias são tributos lançados por homologação, motivo pelo qual, em regra, devem observar o previsto no art. 150, § 4º do CTN. Dessa forma,

verificado o pagamento antecipado, observar-se-á a regra de extinção inscrita no art. 156, inciso VII do CTN, que condiciona o acerto do lançamento efetuado pelo contribuinte a ulterior homologação por parte de Fisco.

Ao revés, caso não exista pagamento ou mesmo a parcialidade deste, não há o que ser homologado, motivo que enseja a incidência do disposto no art. 173, inciso I do CTN, hipótese na qual o crédito tributário será extinto em função do previsto no art. 156, inciso V do CTN.

No caso dos autos, conforme amplamente demonstrado no relatório fiscal da Infração trata-se de descumprimento de obrigação acessória, o que indubitavelmente caracteriza o lançamento de ofício,, o que atrai, para efeitos de verificação do prazo decadência o disposto no art. 173, I, do CTN e não o art. 150, §4º, como sustentado pelo recorrente, in *verbis*:

“Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

Por tais motivos, a preliminar de decadência ora sob análise deve ser acatada no sentido de que seja aplicado *in casu* o art. 173, I, do CTN, razão pela qual, em tendo sido o contribuinte cientificado do lançamento em 27/04/2006 deve ser extinto o crédito tributário cujos fatos geradores compreendem o período de 02/1999 a 11/2000, pois acrescendo o prazo de cinco anos na data da ocorrência do fato gerador, concluo que o limite temporal par ao fisco ter constituído este crédito era de no máximo em 03/2006, todavia tal fato somente ocorreu em 26/04/2006, ou seja, transcorreu quase um mês além do prazo previsto.

Entretanto, mesmo que houvesse o reconhecimento da decadência, uma vez que esta não alcança a totalidade das competências nas quais o contribuinte cometeu as infrações objeto do auto, a aplicação da multa não poderá ser excluída, pois, com relação às demais competências, deverão ser mantidas já que o contribuinte deixou de expressamente impugná-las, limitando-se, apenas, em alegar como defesa, o instituto da decadência, restando intactos os lançamentos das competências não atingidas pela decadência.

Pelo exposto **VOTO** no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela recorrente.

É como voto.

Sala das Sessões, em 1 de dezembro de 2009


LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Relator